



INCLUSÃO EDUCACIONAL: AS PERSPECTIVAS DA PSICOMOTRICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Cynthia dos Santos¹
Claudio Neves Lopes²

RESUMO

A deficiência intelectual é concebida enquanto uma condição que traz vários prejuízos ao desenvolvimento dos indivíduos, ocasionados pelo baixo funcionamento intelectual. A proposta de inclusão educacional preconiza que todas as pessoas devem ser oportunizadas a frequentarem a rede regular de ensino independentemente das suas necessidades educacionais especiais, contudo que a escola deverá criar condições que venham de encontro com as reais necessidades de seus educandos. A psicomotricidade é uma ciência que estuda os principais fatores de ligação entre a mente e o corpo, através da educação psicomotora e da ludicidade, o trabalho pedagógico pode se tornar mais contundente para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, principalmente dos que apresentam comprometimentos físicos e cognitivos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Inclusão. Psicomotricidade. Desenvolvimento.

EDUCATIONAL INCLUSION: THE PERSPECTIVES OF PSYCHOMOTRICITY FOR THE DEVELOPMENT OF THE STUDENT WITH INTELLECTUAL DISABILITY

ABSTRACT

Intellectual deficiency is conceived as a condition that brings several damages to the development of individuals, caused by the low intellectual functioning. The proposal of educational inclusion recommends that all people should be given the opportunity to attend the regular educational network regardless of their special educational needs, but that the school should create conditions that meet the real needs of its students. Psychomotricity is a science that studies the main factors of connection between mind and body, through psychomotor education and playfulness, pedagogical work can become more forceful for the development and learning of students, especially those with physical and cognitive impairments.

keywords: Intellectual Disability. Inclusion. Psychomotricity. Development.

¹Especialista em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela FAMESC/RJ e professora na APAE de Juquiá/SP.

²Mestre em Educação e orientador do artigo.



INTRODUÇÃO

O presente estudo fundamenta-se em revisões bibliográficas acerca da Psicomotricidade enquanto uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das crianças, inclusive das que apresentam deficiência intelectual. No primeiro momento foram enfatizados preceitos acerca da deficiência intelectual, embasando-se nos dispostos dos manuais e associações internacionais que definem tal condição. Foram levantadas informações acerca do diagnóstico, das causas e classificações da deficiência intelectual. Após foi feita uma abordagem acerca da inclusão educacional, enquanto um paradigma educacional, cujo princípio é possibilitar a educação de todas as crianças sem distinção.

No segundo momento foram articulados conhecimentos acerca da Psicomotricidade enquanto ciência, que estuda o movimento humano a partir da sua ligação com os sistemas neurológicos. No terceiro momento foram relacionados os preceitos da educação psicomotora para o desenvolvimento infantil da criança com necessidades educacionais especiais, enfatizando o lúdico como uma ferramenta propulsora de desenvolvimento e aprendizagem assim como a educação psicomotora. O principal objetivo do estudo é o de fomentar reflexões e discussões acerca diferentes abordagens que pode ser um diferencial para a ascensão de habilidades e competências do aluno que apresenta deficiência intelectual.

Conclui-se que não existem fórmulas exatas para se trabalhar com o deficiente intelectual no âmbito educacional, mas é necessário adaptar condições que favoreçam a sua inclusão, interação e aprendizagem de acordo com as suas necessidades.

FUNDAMENTAÇÃO: DEFINIÇÕES E CONCEITOS ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (D.I)

A deficiência intelectual (D.I.) já foi relatada a partir de outros termos ao longo da história, tais como; retardo mental, excepcional, deficiente, retardado, e em determinado momento da história de idiota ou mongoloide. Hoje a maior dúvida que se encontra para melhor classifica-la, varia entre deficiência mental e deficiência intelectual. Porém inúmeros documentos e declarações internacionais concebem como deficiência intelectual, a



Declaração de Salamanca, bem como a *American Association of Mental Retardation* (AAMR) que passou a ser denominada de *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), conduzem para o entendimento que a terminologia adequada para se referir à pessoa nesta condição é “pessoa com deficiência intelectual” (PAN, 2008). O autor supracitado acima deixa um pensamento muito relevante enquanto as dúvidas que circunscrevem a denominação de tal deficiência, e enfatiza que se alguém deferir qualquer dúvida sobre a forma correta de se nomear a pessoa na condição de D.I basta chama-la pelo nome, pois assim seria mais que adequado, seria um ótimo e respeitoso começo.

Segundo Vasconcelos (2005) a deficiência intelectual é uma das deficiências mais encontradas em crianças e adolescentes, sendo tal condição consequentemente responsável pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no quociente intelectual, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou do adulto, acarretando um desenvolvimento adaptativo mais lento em diversas áreas, como no: comportamento, comunicação, socialização, aprendizagem entre outras.

A D.I de acordo com os ensinamentos de Honora e Frizanco (2008) não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, pois uma doença, muitas vezes poder reversível e medicada, já a D.I não tem cura, é considerada uma condição do indivíduo e permanecerá para o resto de sua vida, porém, não quer dizer que não possa ser tratada.

A deficiência intelectual é classificada de acordo com a AAIDD (*American Association on Intellectual and Developmental Disabilities*) e a DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5ª Edição), levando em consideração o Quociente Intelectual dos indivíduos, com relação a sua idade cronológica. A deficiência intelectual é classificada como:

- Deficiência mental leve – QI entre 50-55 e aprox. 70
- Deficiência mental moderada – QI entre 35-40 e 50-55
- Deficiência mental grave – QI entre 20-25 até 35-40
- Deficiência mental profunda – QI abaixo de 20 ou 25
- Deficiência mental, grave- Condiz com uma condição de gravidade não especificada, onde a inteligência do indivíduo não é mensurada por testes usuais, muitas vezes pelo fato do indivíduo não cooperar e apresentar insuficiência profunda (DSM-V, 2014).



Segundo DSM-V (2014) a Deficiência Intelectual acomete muitos prejuízos adaptativos aos indivíduos que variam de acordo com o grau de excepcionalidade, na maioria das vezes as pessoas apresentam déficits ou prejuízos em duas das seguintes áreas: e comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.

QUESTÕES DIAGNÓSTICAS

O diagnóstico da deficiência intelectual exige o envolvimento de um grupo de fatores biomédicos, comportamentais, etiológicos, sociais e educacionais, estando os fatores diagnósticos sob a responsabilidade de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se geralmente em consultórios, hospitais, clínicas e centros de reabilitação. É possível também realizar o diagnóstico através da integração e estudo a partir de uma equipe multidisciplinar, em instituições educacionais (CARVALHO, 2007). O registro diagnóstico é muito importante para a concessão de proteção legal, benefícios previdenciários, intervenção e estimulação precoce, acesso a cotas de ensino para o ensino superior e para vagas em empregos.

O diagnóstico desta condição requer a utilização de recursos confiáveis, os manuais de psiquiatria e também os sistemas internacionais de classificação, são os referenciais que mais norteiam tais processos. A análise clínica fundamenta os procedimentos diagnósticos juntamente com as anameses e outros testes psicológicos, capazes de mensurar a inteligência dos indivíduos potencialmente acometidos (PAN, 2008).

Não existe cura para a deficiência intelectual, porém, se os indivíduos acometidos receberem apoios necessários, suas limitações não serão definitivas e imutáveis. Programas de estimulação precoce, atendimento clínico, terapêutico e psicopedagógico, podem ser de grande satisfatoriedade para o desenvolvimento do deficiente intelectual (SHALOCK, 1999 apud EVANGELISTA, 2002). As principais causas das deficiências são as más condições de saneamento, desnutrição, doenças infecciosas, acidentes e ocorrências de acontecimentos anormais nas fases pré-natais e pós-natais. Os problemas sociais também são responsáveis pela incidência e causa de inúmeras deficiências, podendo atribuir a este fato a violência,



abandono social, falta de conhecimento, pobreza extrema, drogas alcoolismo dentre outras causas (HONORA e FRIZANCO, 2008).

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

A deficiência intelectual no âmbito escolar, ainda se constitui como um impasse, pela complexidade de seu conceito e de suas abordagens. O diagnóstico da Deficiência intelectual passa por constantes revisões e não existe uma fórmula correta para se ensinar o aluno com limitações cognitivas. Porém é sabido que a deficiência mental não se esgota de sua condição orgânica, é irreversível, e não pode ser definida por um único saber (BRASIL, 2007).

O preconceito e diferentes estigmas acerca da pessoa com deficiência intelectual se dá muitas vezes pela falta de informação acerca desta condição. O medo do diferente e preceitos fantasmagóricos acerca desta deficiência são fatores responsáveis pela exclusão e discriminação sofrida por essas pessoas (BRASIL, 2007).

A lógica representada por Lapierre (1997) acerca das crianças com deficiência se assenta na perspectiva de que o ensino deve respeitar as etapas de seu desenvolvimento psicomotor, como forma de se chegar ao cognitivo. Lapierre suscita ainda que é essencial estudar as funções motoras, bem como a sua importância para o desenvolvimento infantil. É imprescindível em termos educacionais que todos os educandos se desenvolvam, independentemente de suas condições, mas para que isto ocorra, precisa-se de uma pedagogia inclusiva, não só de educandos com necessidades educacionais especiais, é indispensável acolher os pais e a comunidade local, sob a perspectiva de uma escola para todos.

Nem todas as pessoas apresentam as mesmas habilidades, muito menos aprendem da mesma forma, enquanto educadores, necessitamos compreender que os alunos são muito diferentes entre si, as dificuldades e potencialidades entre eles são diversificadas e heterógenas, se compreendermos os alunos dentro de sua totalidade, podemos intervir de maneira mais significativa no processo de ensino aprendizagem (MORAES,1997, p. 53).

Moraes (1997) considera que a escola sempre mudou, e ainda vem sofrendo mudanças, é indispensável pensar em uma educação que permita que todos seus alunos



aprendam, mas para isso deve-se refletir sobre quem são os alunos atendidos, compreendendo-os em sua integralidade. O aluno é um ser ativo, é um ser indiviso, onde não existe desconexão entre cérebro e espírito, lado direito ou esquerdo, os educandos não aprendem somente a partir da razão, mas também através das emoções sensações, e contato com o mundo.

O parágrafo acima revela a importância da escola se libertar de posturas obsoletas, a mudança cultural, e filosófica, muda, sempre muda com o passar do tempo. Hoje a demanda exige novas posturas por parte dos sistemas de ensino. E ao se conotar a inclusão educacional do aluno com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, se faz fundamentalmente necessário compreender as reais necessidades que são apresentadas em sala de aula, para daí partir de respostas educativas que de fato venham de encontro com as condições dos alunos.

Para Vygotsky (1987), o ato de aprender vai muito além da simples capacidade de pensar, é um processo dinâmico e complexo de inúmeras competências que se entrelaçam e ainda serve de impulso para novas aprendizagens. Para o pensador a educação é a forma mais ampla de aprendizagem, onde os indivíduos são motivados e direcionados às ações voltadas ao conhecimento. A ideia do autor se enquadra na perspectiva de que a escola, ainda é um espaço propício de aprendizagem e desenvolvimento. O papel que a escola tem na vida das pessoas não pode ser ínfimo, deve ser agregadora e repleta de possibilidades. Não podemos privar o DI, assim como todas as crianças de frequentar e se desenvolverem em tais espaços. O mesmo autor ainda nos ensina que a conexão entre desenvolvimento e aprendizagem se dá através da zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre os níveis de desenvolvimento potencial do desenvolvimento real, e é na escola que tais situações acontecem de maneira mais constante, através da mediação do educador, que auxilia os alunos em suas descobertas, até que os mesmos consigam fazer sozinhos (VYGOTSKY, 1987).

Segundo Pan (2008) o ato educativo também é um ato político. O papel da escola na educação de seus educandos deve se pautar por meio de ações prospectivas e não retrospectivas, ou seja, não podemos nos basear pelo atraso dos educandos, pelos déficits, faltas de recursos, mas sim em preceitos significativos de transformação sócio educacionais,



a escola além de tudo tem se preparar para receber seus educandos acreditando que tal espaço pode contribuir de multiformas para a sua formação.

PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A inclusão educacional surge articulando e reformulando novos conceitos acerca do atendimento educacional dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar, a tendência que perdurou por algum tempo nos pressupostos educacionais e filosóficos da educação, na qual se acreditava em integração, dos alunos diagnosticados com deficiência na rede regular de ensino, passa hoje, a ser mais proeminente.

A integração educacional se assentou na política de que todas as pessoas deveriam ser atendidas educacionalmente na rede regular de ensino, todavia que este ainda consistia em segregar “diferente”, pois este que frequentava a rede regular de ensino, mas não recebia insumos adequados para o seu desenvolvimento, ou seja, o aluno tinha que se adaptar as condições oferecidas pela escola, fato este que conseqüentemente resultaram em fracasso escolar, estigmatização, segregação e exclusão educacional (MANTOAN, 2006).

Com o advento da Inclusão educacional, a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais, passa por reformulações, em âmbito nacional, onde a escola deve se adaptar para receber o educando, provendo insumos necessários para que os mesmos se desenvolvam dentro de suas possibilidades.

Mantoan (2006) afirma ainda que a concepção de inclusão muito se difere da integração educativa, pois esta última se tratava apenas da “colocação” dos alunos com deficiência ou limitações na escola comum, já a inclusão educacional oferece ao aluno com necessidades educacionais especiais um leque de condições para que o mesmo tenha acesso à escola e respectivamente ao ensino.

Para tal, recursos devem ser preparados, os professores devem ser capacitados, barreiras arquitetônicas dentre outras devem ser eliminadas, o apoio especializado também se faz indispensável, tais esforços, contribuem para a caracterização das escolas enquanto espaços inclusivos, que realmente favoreçam o aprendizado de todos os seus alunos sem distinção. Sasaki (1999) diz que a inclusão educacional é um paradigma que possibilita e oportuniza as pessoas com deficiência de frequentarem a rede regular de ensino, tornando



assim o âmbito escolar um espaço de convivência e de trocas entre todos sem distinção. Para que tal espaço seja significativo para a pessoa com deficiências, devem ser organizadas condições que venham suprir suas necessidades e limitações.

Não depende somente da escola a inclusão, o sucesso ou fracasso da pessoa com deficiência, é preciso à junção de esforços integrados para a constituição de uma cultura inclusiva, regidas por meios políticos legais, por implementações adequadas, por meios educativos especializados, enfim uma conjuntura de situações deve ser necessariamente estruturada para que de fato a inclusão favoreça a todas as pessoas, independentemente de suas necessidades.

A educação ao longo dos tempos vem mudando gradativamente, a partir dos avanços tecnológicos e socioculturais. A educação inclusiva ainda é muito discutida, muitos educadores não recebem formação adequada para trabalhar em sala de aula com o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais.

Muitas escolas ainda não dispõem de recursos adequados para se trabalhar com esta demanda, porém, a ideia principal, dada a partir de diretrizes que regem a educação inclusiva, constitui-se como a forma mais centrada de oportunizar o acesso de todos os educandos na rede regular de ensino, mesmo que muito ainda se tenha a percorrer.

O princípio básico da inclusão educacional consiste na iniciativa das escolas reconhecerem as diversas limitações e diferenças de seu alunado, e responder educativamente a elas, assegurando-lhes uma educação de qualidade, bem como estratégias e recursos pedagógicos adequados às especificidades de cada educando (SASSAKI, 1999).

O paradigma de inclusão educacional, através de seus pressupostos, preconiza a constituição de espaços inclusivos e que favoreça o desenvolvimento de todos os educandos, de maneira a garantir uma educação de qualidade para os mesmos e que se adeque as suas necessidades e potencialidades.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva diz que os alunos na condição de deficiente devem receber Atendimento Educacional especializado (AEE), ao qual seja possível identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008).



Desta forma fica evidente que o aluno na condição de deficiente intelectual deve receber suporte pedagógico especializado, através de programas que proporcionem condições adequadas para o acesso aos níveis mais elevados de aprendizagem. Devem ser garantidas condições para que o aluno tenha acesso ao currículo, e que suas necessidades sejam supridas de acordo com as suas necessidades.

Neste sentido as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica elucida que o atendimento educacional especializado tem por objetivos, garantir a participação e desenvolvimento dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, de forma a identificar, planejar e propiciar condições favoráveis à aprendizagem dos mesmos, disponibilizando ao longo do processo recursos, metodologias e abordagens psicopedagógicas que fomentem a ascensão de competências desses educandos (BRASIL, 2001).

PRESSUPOSTOS GERAIS ACERCA DA PSICOMOTRICIDADE ALIADA A EDUCAÇÃO

Psicomotricidade é considerada uma ciência, cuja origem surgiu na França, no final do século XIX, ao longo nos anos tal ciência foi se desenvolvendo a agregando a novos saberes, seus princípios são muito utilizados no campo da educação, reabilitação e também na área clínica (FONSECA, 2007).

O mesmo autor acrescenta ainda que a definição de Psicomotricidade se enquadra de acordo com seus objetivos que é o estudo global do ser humano, no plano teórico e prático, ou seja, os comandos que o cérebro transfere ao corpo.

Segundo Dantas (1992) os primeiros estudos acerca do desenvolvimento psicomotor advém das ideias de Henry Wallon, este que teve como base os estudos de Piaget acerca do desenvolvimento infantil, e também se baseava em concepções da psicogenética, partido do pressuposto de que o desenvolvimento humano não resulta apenas de processos biológicos, mas também da interação e relação com o meio social.

Os estudos deste pensador resultaram na iniciativa de fundar um instituto, ou melhor, um laboratório de psicologia da criança, voltado para atendimento e pesquisas de crianças consideradas na época “anormais”. Os fundamentos acerca do movimento para Wallon, de



fato era muito importante, e a escola para ele era um lugar privilegiado para o ensino aprendizagem, contudo que o aluno não podia ser visto como um ser passivo, e o autoritarismo docente deveria dar lugar à reflexão e interação aberta entre o professor e o aluno, este que para Wallon era concebido como um ser único ativo, que se desenvolve a partir de suas interações com outras pessoas, com o contato com o meio (GALVÃO, 2002).

A psicomotricidade nasceu a partir de abordagens biomédicas, sob uma perspectiva do desenvolvimento humano, em que havia um padrão para distinguir os diferentes níveis de desenvolvimento psicomotor, porém atualmente sabe-se que cada criança apresenta um ritmo variável de desenvolvimento, dependendo da faixa etária, da intensidade de relações e experiência da mesma com o meio, com outras pessoas, e com os objetos.

Nesta perspectiva, os pressupostos da psicomotricidade devem ir de encontro com as reais condições dos indivíduos, buscando identificar o nível de desenvolvimento psicomotor inicial, para oferecer melhores condições para que estes possam se desenvolver e aprender (NEGRINE, 2002).

O mesmo autor enfatiza ainda que a psicomotricidade surge dentro de uma concepção racionalista, de que a motricidade dos seres humanos evolui decorrente de um processo de maturação, possível de ser avaliada e comparada a partir de padrões típicos de normalidade.

Bueno (1998) afirma que o conceito de psicomotricidade está relativamente relacionado ao esquema corporal. A criança entre os primeiros meses de vida até os oito anos de idade, encontra-se em melhores condições de desenvolver seus aspectos; físicos, intelectuais e sócios afetivos.

Uma série de intervenções e estímulos pode ser direcionada à criança, para que esta desenvolva de maneira mais sólida sua psicomotricidade, a dimensão física e exploração dos movimentos corporais, muito tem a haver com a ascensão de outras competências, tais como; a leitura a escrita, a fala, entre outros.

Negrine (2002) afirma que existem muitos métodos de avaliação motora, o método graduado por idades foi criado por um psiquiatra soviético chamado Oseretski, e seu uso são realizados até os dias atuais.



“A psicomotricidade é compreendida enquanto a integração genuína da motricidade, a qual resulta da relação entre a criança e o meio, um instrumento concreto na qual permite que a consciência se materialize (COSTALLAT, 2000, p. 21).

O mesmo autor diz ainda que a psicomotricidade enquanto ciência é um conjunto de conhecimentos a qual envolve a tripolaridade do homem, ou seja, envolve os aspectos intelectuais, físicos e emocionais dos sujeitos.

A aprendizagem e o desenvolvimento humano estão inter-relacionados, desde que nascemos apresentamos pré-disposição para aprendermos e evoluirmos. A criança passa a relacionar-se com o mundo a sua volta, interagindo com um mundo físico e social, assimilando conhecimentos e produzindo cultura, o indivíduo que se relaciona com o meio e tem contato com o mundo que o cerca passa a se desenvolver de forma mais abrangente. A psicomotricidade como forma de estímulo e estudo das ações motoras, permite melhor conceber tal interação, permitindo novos patamares de aprendizagem (NEGRINE, 2002).

Fonseca (1988) acredita que a criança que significativamente se desvia da média ou da criança “normal” em: características Intelectivas, sensoriais; neuromusculares, características emocionais, comportamentais e comunicativas também são capazes de aprender, em conformidade com suas limitações e potencialidades, porém se fazem necessários serviços de educação especializada, no sentido de desenvolver ao máximo suas capacidades.

Neste sentido compreende que a abordagem da educação psicomotora, muito pode agregar para o processo de ensino aprendizagem do aluno na condição de D.I, na rede regular de ensino. Qualquer programa ou abordagem educativa ou re-educativa, que vise promover ou manifestar-se por meio de esforços e da implementação de ajustes necessários que possibilitem a convivência das pessoas com necessidades educacionais especiais em espaços comuns da sociedade, são meios muito importantes de construção de uma cultura inclusiva, justa, e repleta de oportunidades (MANTOAN, 2006).

Compreende-se a partir daí que a psicomotricidade é uma tendência que também pode ajudar a pessoa com deficiência, a se ajustar a sociedade. Tal abordagem permite ao deficiente desenvolver-se dentro de suas possibilidades e se adequar as exigências básicas de convívio de funcionalidade social.



Sob o entendimento de Oliveira (2002) é através da psicomotricidade que a criança descobre o mundo, conciliada com a visão e o pensamento. A partir do momento em que a criança é capaz de segurar, largar e manipular as coisas, tudo se torna mais frutífero, assim ela vai adquirindo noções sobre as coisas, a aprendizagem se torna mais concreta.

Para Fonseca (2004) a psicomotricidade enquanto instrumento propulsor de desenvolvimento é essencial para a aprendizagem das crianças com deficiência, pois os aspectos psicomotores estão extremamente ligados às outras áreas do desenvolvimento humano, permite que aguçar na criança a percepção, socialização, comunicação, pensamento, afetividade, a psicomotricidade também facilita a trajetória de aprendizado no âmbito escolar.

De acordo com Gallahue (2005) o desenvolvimento motor está estritamente ligado às áreas cognoscitivas e afetivas do comportamento humano, sendo diretamente influenciados por uma gama de fatores. A motricidade se desenvolve também a partir da estruturação dos sistemas mentais, que ambos dependem de fatores ambientais, familiares, sociais dentre outros. O autor elucida ainda que ao longo da vida o desenvolvimento da psicomotricidade dos indivíduos depende muito dos processos de interação, socialização e estímulos que o mesmo está exposto ou recebe.

Para Le Bouche (1984) o principal objetivo da educação psicomotora, não se restringe necessariamente a partir do conhecimento da criança sobre a imagem do seu próprio corpo, ou seja, ela descobre a estruturação entre as partes de seu corpo, formando uma unidade organizada, e regida pela consciência, que serve para interagir com a realidade a qual pertence.

Ao se levar em consideração que a criança que apresenta deficiência intelectual, apresenta dificuldades em se relacionar com o mundo ou com outras pessoas, a psicomotricidade através do lúdico, permite tal relação, de maneira produtiva, ainda reforçando valores de respeito às diferenças por parte dos demais alunos (FONSECA, 2002). Ao enfatizar o objetivo da psicomotricidade na educação, podemos levar em consideração as palavras de Le Bouche (1984) que destaca uma educação pelo movimento, que permite a criança se expressar e aprender com o próprio corpo e através da linguagem e contato corporal com a realidade, aonde neste processo a criança vai construindo a sua personalidade e valores.



A Educação Psicomotora na Educação Básica justifica-se a partir do propósito de se prevenir possíveis dificuldades de aprendizagem, principalmente na fase pré-escolar, onde estão em plena ascensão as capacidades psicomotoras das crianças. Na infância a personalidade de cada indivíduo vai gradativamente sendo moldadas, a partir de momentos aonde as crianças vão construindo os principais instrumentos internos, que as permite interagir com o mundo (NEGRINE, 2001).

O mesmo autor expressa ainda que a interação da criança com a realidade a qual pertence, permite que a mesma descubra diferentes tipos de fatores, num processo de invenção, resistência, argumentações e socializações, fato este que exige a constante mediação dos educadores, pois ao mesmo tempo em que interagem com o mundo e com outras pessoas as crianças estão desempenhando e desenvolvendo suas competências físicas e intelectivas.

Não existe uma fórmula adequada para se trabalhar com os alunos que apresentam deficiência intelectual, ou outras limitações. O professor precisa de respaldo, a junção de esforços é imprescindível, uma vez que outros profissionais precisam também estar engajados no trabalho educativo voltado a essa clientela. O professor deve ter em mente o óbvio, saber que cada aluno é ímpar, e apresenta um ritmo individual de aprendizagem, bem como necessidades distintas (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107).

Oliveira (2002) argumenta que em hipótese alguma se podem negar os aspectos psicomotores da criança, pois evidentemente através de suas manifestações corporais a mesma expressa seus anseios, sentimentos, se comunica estabelece vínculos e concomitantemente aprende.

Para Kyrillos e Sanchez (2004) a psicomotricidade pode ser um diferencial no desenvolvimento da criança com deficiência, uma vez que seus princípios são focados no trabalho educativo e reeducativo dos indivíduos que apresentam distúrbios expressos a partir de perturbações psicomotoras, atrasos psicomotores, hipercontrole, inibição psicomotora e debilidades na psicomotriz.

Lapierre (1997) chama a atenção para o fato de que o contato corporal é imprescindível para a comunicação entre o eu e o outro, o corpo é tão importante quanto os processos de pensar, pois através do motor nos expressamos e nos comunicamos com o



mundo. As pessoas com deficiência intelectual na maioria das vezes apresentam um corpo relativamente bem desenvolvido, mais a estruturação cognitiva não acompanha ou dá respostas adequadas ao corpo, ou seja, o corpo é estruturado e apresenta capacidades, porém é limitado pela falta de direcionamento intelectual, sendo está uma instância dissociada da dimensão intelectual. A maturação e desenvolvimento humano envolvem de certa forma, todas as dimensões do ser e a atividade corporal é um facilitador desta comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das pesquisas revelam que o passo inicial para que inclusão educacional comece a dar certo, condiz com o papel da escola em se organizar para atender as necessidades individuais de seus educandos. A autora reflete ainda sobre as abordagens pedagógicas, que devem ser mais flexíveis e diversificadas, e atuantes sobre os interesses e peculiaridades de cada aluno.

É importante citar as palavras de Bueno (1998) na qual chama a atenção para o fato de que a inclusão educacional exige profundas modificações, as quais demandam ousadia, prudência, política, para que as crianças com deficiência sejam atendidas educacionalmente com qualidade.

Pode-se ressaltar que ao tratar do aluno com necessidades educacionais especiais a psicomotricidade é um meio bastante contundente de estimular não só as funções motoras das crianças, mais também a sua percepção de mundo aliada ao pensamento e controle das ações corporais.

A ênfase da psicomotricidade no trabalho pedagógico envolve uma gama de fatores muito satisfatórios para o professor e para o aluno, o lúdico enquanto recurso didático pedagógico permite que o professor identifique as posturas e manifestações de seus alunos, como forma de traçar respostas educativas mais satisfatórias para o seu aprendizado. As crianças cujo desenvolvimento motor se apresentar de maneira atípica, com risco de atrasos, os conceitos de psicomotricidade se aplicam visando compreender as principais defasagens e problemas de coordenação e controle do movimento, que podem se agravar e se prolongar até a vida adulta.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional é um paradigma que vem garantir a educação de qualidade para todos os alunos independentemente de suas limitações, porém a escola necessita e conta com abordagens, estratégias e recursos adequados, que auxiliem o desenvolvimento dos alunos, inclusive dos que apresentam dificuldades em aprender.

O real princípio da inclusão escolar é o trabalho de construção de uma filosofia de compreensão e aceitação às diferenças, e que as pessoas com necessidades educacionais especiais também têm o direito de aprender nos espaços comuns da sociedade.

Compreende-se que o papel da educação psicomotora tende a remediar e até mesmo evitar que as funções motoras das crianças atinjam determinados graus de severidade, esses que podem trazer prejuízos secundários, como baixa autoestima, hiperatividade, isolamento, entre outros fatores que potencialmente podem dificultar a socialização das crianças bem, com o seu desempenho escolar.

Conclui-se não existem fórmulas prontas e acabadas para o trabalho educativo com o deficiente intelectual, porém sabe-se que a integração de esforços e multidisciplinar pode ser uma forma bastante significativa de se obter resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 2008. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 28/04/2018.

_____. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. CNE: Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 27/04/2018.

_____. *Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Mental*. SEESP / SEED / MEC/Brasília/DF- 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aec_dm.pdf. Acesso em: 29/04/2018.

BUENO, J. M. *Psicomotricidade teoria e prática: estimulação, educação e reeducação psicomotora com atividades aquáticas*. São Paulo: Lovise, 1998.

CARVALHO R. E. *A Nova LDB e a Educação Especial*. São Paulo: WVA, 2007.

COSTALLAT, D. M. M. *A psicomotricidade otimizando as relações humanas*. São Paulo: Arte & Ciência, 2000.



- DANTAS, H. *Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 1992.
- DSM-V. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. American Psychiatric Association. Artmed. Porto Alegre 2014. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cld-file/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducad or/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em 27/04/2018.
- EVANGELISTA L. M. C. *Novas abordagens do diagnóstico psicológico da deficiência mental*. São Paulo: Vetor, 2002.
- FONSECA, Vitor da. *Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FONSECA, Vitor da. *Da filogênese à ontogênese da motricidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- GALVÃO, Isabel. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GALLAHUE, David L; OZMUN John C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2005.
- HONORA M. & FRIZANCO M. L. *Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva*. Ciranda Cultural, 2008.
- KYRILLOS, Michel Habib M.; SANCHES, Tereza Leite. *Fantasia e criatividade no espaço lúdico: educação física e psicomotricidade*. In: ALVES, Fátima. *Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união*. Rio de Janeiro: Wak, 2004.
- LAPIERRE, André. *Psicanálise e análise corporal da relação*. Semelhanças e diferenças. São Paulo: Lovise, 1997.
- LE BOULCH, Jean. *A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. - 18 - Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012 Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM – Disponível em: www.ufvjm.edu.br/vozes. Acesso em 28/04/2018.
- MANTOAN, Maria Tereza. *Inclusão Escolar*. Pontos e Contra Pontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006.
- MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papyrus, 1997.
- NEGRINE, A. A. *A coordenação psicomotora e suas implicações*. Porto Alegre: Palloti, 2001.
- NEGRINE, A. A. *O corpo na Educação Infantil*. EDUCS –Caxias do Sul. 2002.
- OLIVEIRA, Gislene de Campos. *Psicomotricidade: educação e reeducação num toque psicopedagógico*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- PAN, M. *O direito a diferença*. Curitiba: IBPEX, 2008.
- SASSAKI R. S. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 3ª ed., 1999.



VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Avaliação da Aprendizagem – Práticas de Mudanças: Por uma Práxis Transformadora*. 7.^a edição, Libertad, São Paulo, 2005.

VYGOTSKY, LEV S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.